



FREGUESIA DE MANHOUCE

CONCURSO PÚBLICO
CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS COM VISTA À INTERVENÇÃO DE RESILIÊNCIA DOS TERRITÓRIOS SUBMETIDOS A
REGIME FLORESTAL NOS BALDIOS DE CARREGAL, BONDANÇA, BUSTARENGA E VILARINHO NO
ÂMBITO CANDIDATURA AO COMPETE2020-AVISO N.º 12/REACT-EU/2021

PROC. N.º 1/2023

CADERNO DE ENCARGOS

PARTE I
CLÁUSULAS JURÍDICAS

Artigo 1.º
Objeto do Concurso

O presente procedimento visa a celebração de um contrato que tem por objeto principal "**A INTERVENÇÃO DE RESILIÊNCIA DOS TERRITÓRIOS SUBMETIDOS A REGIME FLORESTAL NOS BALDIOS DE CARREGAL, BONDANÇA, BUSTARENGA E VILARINHO NO ÂMBITO CANDIDATURA AO COMPETE2020-AVISO N.º 12/REACT-EU/2021**", em conformidade com as cláusulas jurídicas e técnicas descritas no presente caderno de encargos e respetivo programa de procedimento e em absoluto respeito e cumprimento da legislação em vigor.

Artigo 2.º
Prazo de prestação do serviço/fornecimento dos bens

A relação contratual extingue-se com a prestação integral dos serviços, o que deverá ocorrer ao longo de 7 meses, contados da receção da devida requisição externa, ou assinatura de contrato, sem prejuízo da manutenção de obrigações acessórias que tenham sido estabelecidas inequivocamente em favor da entidade adjudicante e que devam perdurar, tais como as de sigilo ou de garantia dos bens ou serviços adquiridos.

Artigo 3.º
Sigilo

1. O adjudicatário garantirá o sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa a Junta de Freguesia de Manhouce, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar,



FREGUESIA DE MANHOUCE

por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Artigo 4.º

Casos fortuitos ou de força maior

1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se, por caso fortuito ou de força maior, designadamente greves ou outros conflitos coletivos de trabalho, for impedido de cumprir as obrigações assumidas na proposta.
2. A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior, deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação.

Artigo 5.º

Preço base

Pela prestação dos serviços objeto do contrato a celebrar, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, Junta de Freguesia de Manhouce, deve pagar ao fornecedor o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, o qual terá como parâmetro, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 47º do CCP, o montante máximo de 226.015,74€.

Artigo 6.º

Pagamentos

A faturação será mensal, de valor fixo, correspondendo a 1/9 do valor contratual, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Os pagamentos devidos pelo contraente público serão efetuados no prazo de 30 dias após a entrega das faturas, as quais só podem ser emitidas após o cumprimento da obrigação a que se referem.

Os pagamentos de todos os serviços prestados serão concluídos até ao final do mês de dezembro de 2023.

Artigo 7.º

Resolução de litígios

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo de Viseu, com expressa renúncia a qualquer outro.

Artigo 8.º

Prevalência

Fazem parte integrante do presente concurso o caderno de encargos, o Convite e a proposta do adjudicatário. Em caso de dúvidas prevalece, em primeiro lugar o C.C.P (Código dos Contratos Públicos), o caderno de



FREGUESIA DE MANHÓUCE

encargos e em último lugar a proposta do adjudicatário.

PARTE II CLÁUSULAS TÉCNICAS

Artigo 9.º

Objeto

O presente procedimento visa a celebração de um contrato que tem por objeto principal "A INTERVENÇÃO DE RESILIÊNCIA DOS TERRITÓRIOS SUBMETIDOS A REGIME FLORESTAL NOS BALDIOS DE CARREGAL, BONDANÇA, BUSTARENGA E VILARINHO NO ÂMBITO CANDIDATURA AO COMPETE2020-AVISO N.º 12/REACT-EU/2021" em conformidade com as cláusulas jurídicas e técnicas descritas no presente caderno de encargos seus anexos e em absoluto respeito e cumprimento da legislação em vigor.

Artigo 10.º

Mapa de quantidade

LOCAL	SUB-RÚBRICA	OPERAÇÃO	ÁREA (ha)	UNID.FÍSICA
1-Baldio de Carregal	Benefeciação de Povoamento	Redução de densidades excessivas	46,61	ha
		Desramação	46,61	ha
		Manutenção de rede viária	1,9	km
		Retirada do material cortado para a faixa de descontinuidade	46,61	ha
2- Baldio de Bondança	Benefeciação de Povoamento	Aproveitamento de Regeneração Natural-Resinosas com adensamento	56	ha
		Desramação	56	ha
		Controlo de invasoras lenhosas (corte e pincelagem)	2	ha
		Manutenção de rede viária	1,6	Km
3- Baldio de Bustarenga	Benefeciação de Povoamento	Aproveitamento de Regeneração Natural-Resinosas com adensamento	34	ha
		Controlo de invasoras lenhosas (corte e pincelagem)	5	ha
		Desramação	34	ha
4- Baldio de Vilarinho	Benefeciação de Povoamento	Aproveitamento de Regeneração Natural-folhosas sem adensamento	9,55	ha
		Seleção de varas	9,55	ha
		Podas de formação	9,55	ha

Artigo 12.º

Objetivos

Conforme memória descritiva, plantas e mapa de quantidades em anexo.

Artigo 13.º

Áreas a intervencionar



FREGUESIA DE MANHOUCE

Conforme memória descritiva, plantas e mapa de quantidades em anexo.

Artigo 14.º

Conformidade e Garantia Técnica

O Adjudicatário fica sujeito, com as devidas adaptações e no que se refere aos elementos a entregar à Junta de Freguesia de Manhouce, em sede de execução do contrato, às exigências legais, obrigações do fornecedor e prazos respetivos aplicáveis aos contratos de aquisição de bens móveis, nos termos do Código dos Contratos Públicos e demais legislações aplicáveis.

Artigo 15.º

Encargos Sociais

O Prestador de Serviços ficará responsável, relativamente à atividade profissional do seu pessoal, pelo pagamento de todos os encargos sociais legalmente fixados.

O Prestador de Serviços obriga-se ao cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor sobre acidentes de trabalho e medicina no trabalho, relativamente a todo o seu pessoal que tenha a seu cargo, sendo da sua conta os encargos que daí advenham.

Artigo 16.º

Seguros

O prestador de serviços obriga-se a efetuar o seguro do seu pessoal em conformidade com o disposto nas cláusulas seguintes.

As apólices de seguro cobrirão acidentes de trabalho e doenças profissionais.

As condições acima estabelecidas abrangem igualmente o pessoal dos subcontratados, tarefeiros.

Os encargos referentes aos seguros impostos por este Caderno de Encargos, bem como qualquer dedução efetuada pela seguradora a título de franquia em caso de sinistro indemnizável, serão por conta do prestador de serviços.

Artigo 17.º

Prestação do serviço

Todas as despesas e custos inerentes à prestação do serviço serão da responsabilidade do adjudicatário.

Artigo 18.º

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo fornecedor e a cessão da posição contratual por qualquer das partes dependerá da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.



FREGUESIA DE MANHOUCE

Artigo 19.º

Penalidades contratuais

Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a Junta de Freguesia de Manhouce poderá aplicar ao fornecedor o seguinte regime de penalidades:

- a) Pelo incumprimento das datas e prazos da prestação do serviço objeto do contrato, até 10% do valor do contrato.

Em caso de resolução do contrato por incumprimento do prestador de serviços, a Junta de Freguesia de Manhouce poderá exigir-lhe o pagamento de uma pena pecuniária, que não poderá ser superior a 20% do preço contratual.

Na determinação da gravidade do incumprimento, a Junta de Freguesia de Manhouce terá em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa e as consequências do incumprimento.

As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de São Pedro do Sul exija uma indemnização pelo dano excedente.

Artigo 20.º

Resolução sancionatória por incumprimento contratual

O incumprimento contratual definitivo confere à entidade adjudicante o direito à resolução do contrato.

A resolução do contrato não prejudica a aplicação de quaisquer sanções pecuniárias, nos termos do artigo anterior.

Artigo 21.º

Contagem de prazos

Os prazos previstos no presente Caderno de Encargos e no contrato a celebrar são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Artigo 22.º

Código CPV

A presente aquisição encontra-se classificada no Vocabulário Comum para os Contratos Públicos instituído pelo Regulamento (CE) n.º 2195/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Novembro de 2002, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 2151/2003, da Comissão, de 16 de Dezembro de 2003, e pelo regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão, de 28 de Novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 74, de 15 de Março de 2008, com os códigos CPV:

- 77231000-8 Serviços de gestão florestal

Artigo 23.º



FREGUESIA DE MANHOUCÉ

Legislação aplicável

Em tudo o omissa no presente Caderno de Encargos, aplica-se o regime previsto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto (retificado pelas declarações de retificação n.º 36-A/2017, de 30 de outubro e n.º 42/2017, de 30 de novembro), pelo Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio, pelo Decreto-Lei n.º 170/2019, de 4 de dezembro, pela Resolução da Assembleia da República n.º 16/2020, de 19 de março e pelo artigo 21.º da Lei n.º 30/2021 de 21 de maio.

Manhouce, abril de 2023

O Presidente da Junta de Freguesia